



MICROCRÉDITO E EMPREENDEDORISMO FEMININO: Programa Crediamigo e os empreendimentos femininos da Mesorregião do Alto Parnaíba Piauiense no período da pandemia

MICROCREDIT AND FEMALE ENTREPRENEURSHIP: Crediamigo Program and the female enterprises of the Mesoregion of Alto Parnaíba Piauiense in the pandemic period

Francisdalva Rosa de Jesus

Mestrado em Economia Rural (PPGER/UFC)

francisdalva.rosa@ifpi.edu.br

Maria Vanessa Silva dos Reis

Mestrado em Economia Rural (PPGER/UFC)

vanessareis6622@gmail.com

Roberio Telmo Campos

Mestrado em Economia Rural (PPGER/UFC)

roberiotcampos@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): GT5. Agricultura familiar e ruralidades.

Resumo

A presença da mulher no mercado de trabalho brasileiro, bem como sua participação no empreendedorismo, é bastante notória e demanda uma melhor compreensão das questões enfrentadas por elas na trajetória empreendedora. As políticas de microcrédito tornaram-se a ferramenta impulsionadora para o desenvolvimento do setor socioeconômico e produtivo, incluindo, em sua maioria, as mulheres no contexto das atividades microempreendedoras. Neste estudo, realizado com microempreendedoras clientes do Programa Crediamigo, na Mesorregião do Alto Parnaíba Piauiense, aborda-se a questão de como se apresenta a participação feminina, frente as ações do Microcrédito, em período de pandemia. O presente trabalho possui abordagens quantitativa e qualitativa, denominada abordagem mista quanto a seu delineamento, envolvendo assim, uma combinação de abordagens. Desta forma, utiliza-se como método de análise a *clusterização* (obtida por meio do software R versão 4.1.2). Os resultados obtidos denotam que o crédito do Programa Crediamigo trouxe benefícios para a maioria das microempreendedoras solicitantes, pois obtiveram o retorno do dinheiro investido, mesmo diante de adaptações frente ao período pandêmico.

Palavras-chave: Empreendedorismo feminino, Microcrédito, Crediamigo, Desenvolvimento Socioeconômico.

Abstract

The presence of women in the Brazilian labor market, as well as their participation in entrepreneurship, is very notorious and demands a better understanding of the issues faced by them in the entrepreneurial trajectory. Microcredit policies have become the driving force for the development of the socioeconomic and productive sector; including, for the most part, women in the context of microentrepreneurial activities. This study, conducted with microentrepreneurs clients of the Crediamigo Program, in the Mesoregion of Alto Parnaíba Piauiense, addresses the question of how female participation is presented, in front of microcredit actions, in a pandemic period. The present work has quantitative and qualitative approaches, called mixed approach regarding its design, thus involving a combination of approaches. Thus, clusterization is used as an analysis method (obtained through R version 4 software. 1. 2). The results obtained denote that the crediamigo program credit brought benefits for most of the requesting microentrepreneurs, because they obtained the return of the money invested, even in the face of adaptations in the face of the pandemic period.

Key words: Female entrepreneurship, Microcredit, Crediamigo, Socioeconomic Development.

1. Introdução

Em um contexto social marcado por relações desiguais de gênero, principalmente no âmbito do mercado de trabalho, ativamente percebidas nas diferenças predominantes nas relações de trabalho e na ausência de oportunidades, causadas pela dificuldade de acesso ao



crédito, percebe-se, nos últimos anos, uma mudança considerável na configuração padrão, por meio do aumento da participação feminina no empreendedorismo brasileiro.

A realidade enfrentada pela mulher brasileira de baixa renda, principalmente, em momentos de instabilidade financeira, vivenciados por grande parte da população hodiernamente, considerando ainda o período pandêmico existente, coloca em destaque a necessidade de intervenções que viabilizem melhorias significativas, tanto nos âmbitos econômico e produtivo, quanto humano e social. Segundo Mota *et al.* (2021), o Brasil é marcado pela vulnerabilidade e exclusão social que, associados ao fenômeno da pobreza, fez surgir à necessidade de políticas públicas de intervenções econômicas e sociais objetivando a transferência de renda e de acesso ao crédito, por meio de Programas de Microcrédito.

Com o intuito de sair da condição de desemprego e pobreza, muitas pessoas recorrem ao empreendedorismo como meio de sobrevivência para si e para seus familiares. As políticas de microcrédito tornaram-se a ferramenta impulsionadora para o desenvolvimento do setor socioeconômico e produtivo, incluindo, em sua maioria, as mulheres no contexto das atividades microempreendedoras. Tais políticas surgiram com o objetivo de diminuir as disparidades regionais, a exemplo do Programa Crediamigo que possui como uma de suas principais missões, a diminuição da pobreza por meio do aumento do acesso ao crédito, destacando-se sua atuação na região Nordeste que apresenta marcas de desigualdade visíveis, principalmente socioeconômicas.

A presença da mulher no mercado de trabalho brasileiro, bem como sua participação no empreendedorismo, é bastante notória e demanda uma melhor compreensão das questões enfrentadas por elas na trajetória empreendedora. De sorte que, este estudo procura eliminar o viés exploratório das análises e busca cooperar com a discussão abordando a relação entre o campo de pesquisas do microcrédito, com foco no Programa Crediamigo, e o enfoque de pesquisas em questões de gênero, destacando-se a participação das mulheres em atividades de microempreendedorismo.

Diante dos novos desafios que circundam a participação feminina na área de economia do trabalho e renda, cada vez mais vem crescendo sua participação em atividades empreendedoras. Neste contexto, este estudo objetiva analisar a importância do Programa Crediamigo para o desenvolvimento do empreendedorismo feminino na mesorregião piauiense do Alto Parnaíba, durante o período da pandemia. Com a finalidade de alcançar e responder o objetivo proposto, desenvolve-se um estudo de caso, especificamente sobre as mulheres empreendedoras, que utilizam o programa de microcrédito Crediamigo na região supracitada.

Assim, para dar suporte ao presente trabalho, faz-se uma revisão teórica sobre o empreendedorismo feminino, o microcrédito e o Programa Crediamigo, objetivando entender melhor os elementos conceituais relativos ao tema em análise e para mostrar a relevância da temática em discussão. Em sequência, apresenta-se a metodologia, baseando-se no trabalho de Cunha (2017). Descrevem-se os resultados e discussão por meio da apresentação do balanço dos dados e informações coletadas. E, por fim, fazem-se as considerações finais, partindo dos principais resultados encontrados para o cumprimento do objetivo proposto.

2. Referencial Teórico

2.1. Empreendedorismo feminino no Brasil

O empreendedorismo é considerado por muitos autores e pesquisadores como um elemento propulsor do crescimento e desenvolvimento econômico e social. Ele representa uma peça-chave no desenvolvimento de toda sociedade e pode-se dizer que é a base de criação de sua riqueza. Ao se valorizar o empreendedorismo é possível dizer que também se está



valorizando um tipo de riqueza fundamental em uma sociedade: que são os potenciais humanos (SEBRAE, 2013).

A definição de empreendedorismo pelo Global Entrepreneurship Monitor- GEM é dada como tentativa de se criar um empreendimento, utilizando, para tanto, de uma atividade autônoma, podendo ser a abertura de um novo negócio ou expansão de um preexistente, por uma pessoa ou um grupo de pessoas (GEM, 2013). Pode-se, no entanto, separar este conceito em duas formas, sendo elas: empreendedorismo por vocação e empreendedorismo por necessidade (CUNHA, 2017).

As mulheres, no Brasil, representam 34% de todos os proprietários de negócios (SEBRAE, 2019). Vita, Mari e Poggesi (2014) apontam que, do ponto de vista econômico, o papel das mulheres na criação e gestão de negócios é um fator fundamental para o crescimento econômico e o desenvolvimento de países em desenvolvimento. As mulheres empreendedoras no Brasil vêm ganhando espaços no decorrer dos anos, entretanto, enfrentam desafios como a consolidação dos seus direitos na sociedade, tendo que associar vida familiar, pessoal e nos negócios (MOLETTA, 2020).

O empreendedorismo feminino origina serviço e proporciona novidade, contribuindo para o aumento socioeconômico do país. Assim, a mulher empreendedora ganha seu espaço tanto em sua luta pela inserção social como pela sua inserção no mundo do mercado de trabalho. Para muitas mulheres, o empreendedorismo parece uma opção atraente, permitindo-lhes prosseguir um trabalho gratificante e flexível. Para outras, surge por pura necessidade devido à falta de opções de emprego, ou ainda surge como uma precisão para acomodar as responsabilidades familiares e o próprio sustento da família (BYRNE; FATTOUM; DIAZ GARCIA, 2019; MOLETTA, 2020).

Pesquisa realizada pelo GEM (2013), mostra que no Brasil 66,2% das mulheres empreendedoras são por oportunidade, enquanto 33,8% delas são por necessidade. Muitos são aqueles que empreendem por vontade e vocação, enquanto empreendedores por necessidade são aqueles que empreendem por não haver outra opção de sustento, como já foi mencionado anteriormente (CUNHA, 2017). O empreendedorismo é considerado por muitos autores e pesquisadores como um elemento propulsor do crescimento e desenvolvimento econômico e social. Ele representa uma peça-chave no desenvolvimento de toda sociedade e pode-se dizer que é a base de criação de sua riqueza. Ao se valorizar o empreendedorismo é possível dizer que também se está valorizando um tipo de riqueza fundamental em uma sociedade: que são os potenciais humanos (SEBRAE, 2013).

A definição de empreendedorismo pelo *Global Entrepreneurship Monitor*- GEM é dada como tentativa de se criar um empreendimento, utilizando, para tanto, de uma atividade autônoma, podendo ser a abertura de um novo negócio ou expansão de um preexistente, por uma pessoa ou um grupo de pessoas (GEM, 2013). Pode-se, no entanto, separar este conceito em duas formas, sendo elas: empreendedorismo por vocação e empreendedorismo por necessidade (CUNHA, 2017).

O empreendedorismo por vocação também pode ser chamado de empreendedorismo por oportunidade e tem este conceito por conta da forma que ocorre quando o empreendedor encontra uma oportunidade e percebe ali sua vocação para um novo negócio. Ainda de acordo com o mesmo relatório, a forma de empreendedorismo por necessidade é aquela que a realização do empreendimento se dá por falta de oportunidade do mercado de trabalho, na qual criar um negócio próprio é a única solução de geração da renda (GEM, 2013; CUNHA, 2017).

2.2. Microcrédito



A largada inicial do Microcrédito no mundo foi dada por Muhammad Yunus, por meio de empréstimo em pequenas quantias a um grupo de mulheres menos favorecidas que viviam em um ciclo vicioso de empréstimos obtidos de agiotas. Não havia cobranças de juros em seus empréstimos (experimentais) iniciais, considerando sua intenção, *a priori*, de favorecer aquela parcela marginalizada de sua região (Bangladesh).

Percebendo o uso do capital emprestado em pequenos negócios locais da época e a liquidação das dívidas e, conseqüentemente, gerando novos empréstimos, Yunus fundou a primeira instituição bancária especializada em microcrédito, focando na diminuição da pobreza por meio da liberação de crédito para pequenos empreendedores.

O Grameen Bank de Bangladesh é uma instituição internacionalmente conhecida, com uma clientela que chega a 8,4 milhões de pessoas, dos quais 97% são mulheres. Até o fim de 1995 o Grameen Bank emprestou cerca de US\$ 1,5 bilhões e obteve uma inadimplência inferior a 5% (YUNUS, [s.d.], *online*). A instituição trabalha com grupo de pessoas, o conhecido aval solidário posteriormente tratado com maiores detalhes, modelo este que serviu de base para outros países. O exemplo do banco de Bangladesh serviu de modelo para muitos países (MORAES, 2008. p. 3).

De acordo com Cacciamali, Matos e Macambira (2014), Yunus percebeu que as necessidades financeiras eram extremamente reduzidas. Podia-se emprestar pouco a muitos. As pequenas amortizações e o “aval solidário” (tipo de garantia social), intragrupo de devedores, garantiriam baixíssimo nível de inadimplência. Sua revolução financeira foi dar crédito ao trabalho, quando sempre se deu ao capital.

De acordo com Sandroni (2005), o microcrédito deve ser entendido como “[...] crédito fornecido em pequena escala para pessoas menos favorecidas, destinado ao crescimento de seu negócio, deve ser usado de alguma forma como ‘investimento’ no empreendimento”. Barone *et al.* (2002) complementam afirmando que “é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica”.

Nessa perspectiva, o microcrédito situa-se como sendo o fator que impulsionou o desenvolvimento social, através do acesso ao crédito a pessoas marginalizadas financeiramente e aos pequenos empreendimentos, garantindo assim, a possibilidade de melhorar a geração de renda, conseqüentemente, a condição de vida. Dessarte, seguindo neste propósito, a iniciativa de Yunus tomou grandes proporções e foi sendo difundida no mundo, chegando de forma mais intensa no Brasil.

2.2.1. Microcrédito como Política Pública no Brasil

A chegada do Microcrédito em solo brasileiro se deu por meio da experiência da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, conhecida como Programa UNO, nos estados de Pernambuco e Bahia. Porém, segundo Lopes (2011), a primeira organização formal de microcrédito instalada no Brasil foi o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE) Ana Terra, em Porto Alegre – RS.

Atualmente, o microcrédito conta com o amparo da Lei Nº 13.999 de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nºs 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999 (BRASIL, 2020).

A seguir apresenta-se as fases, de forma cronológica, do microcrédito no Brasil, a fim de melhor explicar a evolução de sua implementação.



Quadro 1–Cronologia do Microcrédito no Brasil.

	Anos	Eventos
Fase 1	1972	A <i>Accion International</i> inaugura o microcrédito no Brasil a partir de uma ONG, estimulando outras iniciativas e experiências semelhantes.
	1986	Programa Promicro (DF) inaugura a articulação do microcrédito em rede e em parceria com uma instituição financeira do governo nacional com um gestor de governo local.
	1987	Criação do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos - CEAPE, ajudando a ratificar o sucesso do microcrédito sob uma iniciativa independente e brasileira do terceiro setor no Brasil.
	1988	A Constituição de 1988 avança na ordem social fundada no trabalho (art.193) e no combate à exclusão social.
Fase 2	1990	A criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) regulamenta um importante fundo social que mais tarde veio a fomentar o microcrédito.
	1994	A criação do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER (MTE) representa uma primeira iniciativa específica do governo federal de estímulo ao crédito para pequenos negócios.
	1995	Com a implantação do Projeto PORTOSOL (RS), entra em cena pela primeira vez o BNDES e SEBRAE no apoio financeiro e técnico em parceria com governos locais.
	1996	Cria-se o Programa do Crédito Produtivo Popular- PCPP, o primeiro programa do BNDES de apoio a projetos de microcrédito para o terceiro setor e de outras instituições.
Fase 3	1998	Criação do programa Crediamigo, do Banco do Nordeste, que inaugura a prática do microcrédito no modelo produtivo e orientado no Brasil, seguindo o “modelo Yunus”, do Banco Grameen.
	1999	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A Lei 9.790 (Lei das OSCIP) inclui o microcrédito como uma de suas finalidades, facilitando o acesso aos recursos públicos por meio de parcerias. ▪ Cria-se as Sociedades de Crédito aos Microempreendedores- SCM (MP 1894), personalidade jurídica específica para a disseminação do microcrédito.
	2000	Os Bancos do Povo de microcrédito promovem e fortalecem políticas públicas locais de microcrédito (estados e municípios).
	2001	Medida provisória 2.172-32 exclui as OSCIPs de vinculação à Lei da Usura.
Fase 4	2003	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Resolução 3.106 permite a formação de cooperativas de crédito de livre associação. ▪ Novo Código Civil aprimora as OSCIPs em questões delicadas, como da necessidade de maior transparência (art.53, por exemplo). ▪ Criação do Grupo de Trabalho Interministerial- GTI, do Ministério da Fazenda, para discutir os destinos do microcrédito no Brasil, com mais 11 representantes de diversas entidades financeiras, associações e outras comprometidas com o segmento.
	2005	Criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado- PNMPO (lei 11.110) e do Programa de Microcrédito-PMC do BNDES, ambos seguindo o modelo de prospecção do Crediamigo.
	2011	Cria-se o Programa Crescer, no âmbito do PNMPO, com a finalidade de ampliar o acesso de empreendedores formais ou informais (com faturamento de até R\$120 mil/ano) ao microcrédito por meio dos bancos públicos federais.
	2018	Alterações na Lei n° 11.110 do PNMPO para facilitar a concessão de microcrédito.
	2020	Criação da lei n°13.999/2020 e do programa de microcrédito PRONAMPE.

Fonte: Adaptado de Carvalho (2021).

Segundo Carvalho (2021), as iniciativas de microcrédito brasileiras visam atuar junto à população em situação de pobreza, onde verifica-se a atuação pública. A Resolução CMN n° 4.574/2017 definiu o público de baixa renda como sendo constituído pelas pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que é um cadastro do Governo Federal voltado para esse público, e criou um mecanismo multiplicador para incentivar as instituições financeiras a fornecer crédito. No mesmo ano, foi instituído o Plano Progredir, que se consiste em um conjunto de ações de inclusão produtiva com o objetivo de facilitar o acesso dessas pessoas inscritas no CadÚnico a oportunidades de emprego e renda.



A concessão de crédito por bancos tradicionais no Brasil ainda passa por dificuldades, considerando a falta de garantia de que o creditado será adimplente. Contrário à lógica capitalista (apenas o lucro), o microcrédito apresenta princípios de concessão do crédito que permitem uma conduta mais próxima da realidade socioeconômica dos pequenos empreendedores, que se complementa com uma garantia real ofertada de capital social, que envolve participação, confiança e reciprocidade (CARVALHO, 2021).

Considerando o crescimento do mercado de microcrédito no Brasil, o governo viu a necessidade de alterar as normas vigentes a respeito do tema, como será abordado a seguir.

2.2.2. Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – CREDIAMIGO

Conforme o supracitado, a chegada das metodologias de microcrédito utilizadas no Brasil apresentava-se de forma limitante, exigindo a implementação de novos meios que abrangessem, também, as classes marginalizadas no sistema financeiro. Este passo exigiu mudanças na legislação.

Dessarte, em 2005, por meio da Lei nº 11.110, e posteriormente reformulado pela Lei 13.636, de 20 de março de 2018, que foi lançado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), com o intuito de apoiar e financiar atividades produtivas de empreendedores, por meio da disponibilização de recursos orientados a diversos programas e iniciativas de microcrédito pelo país (CARVALHO, 2021).

Os programas de Microfinanças do Banco do Nordeste têm atuação fundamentada nas diretrizes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) do Governo Federal, regulamentado pela Lei nº. 11.110, de 25/04/2005 e pela Lei nº 13.636, de 20/03/2018 e Lei nº 13.999 que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios (BNB, 2020).

Segundo Fonseca (2016), ao considerar os bancos públicos federais, a primeira experiência de microcrédito foi a do Banco do Nordeste – BNB, desde 1998 com o programa Crediamigo. O BNB optou por criar uma OSCIP, o Instituto Nordeste Cidadania, para lidar com a concessão direta de microcrédito, e atuava conforme a maioria das demais OSCIPs, com os grupos de aval solidário e agentes de crédito itinerantes. Ainda segundo a autora, o caso do BNB além de ser único ao considerar a participação de banco público federal, também foi à experiência que apresentou melhores desempenhos no Brasil.

Segundo Valente (MTE, [s.d.]), a proposta baseou-se na constatação de que a atividade produtiva informal de pequeno porte, centrada no núcleo familiar e, notadamente, nas pequenas propriedades, não estava sendo plenamente atendida pela ação de financiamento do banco, em função, principalmente, das restrições da regulamentação do sistema bancário brasileiro para operações dessa natureza.

Com base nessa perspectiva, ainda segundo a autora supracitada, o microcrédito foi norteador considerando os seguintes aspectos de formatação do BNB: 1. O microcrédito é um negócio viável, com grande alcance social; 2. A economia informal desenvolve atividade nos setores de comércio, produção e serviços; 3. As organizações de microcrédito seguem um padrão de pequenas agências, localizadas próximas dos clientes, com estruturas enxutas e oferecem serviços rápidos; 4. Os primeiros empréstimos são de pequenos valores, crescendo gradualmente de acordo com a capacidade de absorção e pagamento; 5. Os prazos são relativamente curtos, adequados às atividades do tomador; dentre outros mais, conforme o banco determina (VALENTE, MTE, [s. d.]). Com base em tais aspectos, apresenta as seguintes características do Crediamigo, no que diz respeito à tecnologia de funcionamento e operacionalização:



Quadro 2: Características do Programa Crediamigo – BNB.

PROGRAMA CREDIAMIGO – BNB	
Características	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tratamento personalizado, com trâmites ágeis, e atendimento ao cliente no seu próprio atendimento; ▪ Fácil acesso ao crédito e acompanhamento empresarial integrado; ▪ Condições de empréstimo, em termos de valor, prazo e garantias, adequadas ao tamanho do negócio, ao tipo de atividade, à necessidade de crédito e à capacidade de pagamento; ▪ Utilização da metodologia dos “Grupos Solidários”, como garantia do retorno dos créditos cujos membros mantêm relacionamento e interação, assumindo a garantia de que o devedor pagará o débito; ▪ Utilização de taxa de mercado com vista a assegurar a autossustentabilidade do programa; e ▪ Paralelamente ao crédito, são oferecidos serviços complementares, como capacitação técnica e gerencial do cliente, contribuindo para a sustentabilidade de seu empreendimento.

Fonte: Adaptado de Valente (MTE, [s. d.]).

Por meio das características citadas anteriormente, o governo espera melhorar a sustentabilidade das operações de crédito e, assim, aumentar a capacidade de produção dos microempreendedores, que passarão a gerar mais trabalho e renda e, ao mesmo tempo, incentivar a formalização destes pequenos negócios (LACERDA, 2013).

3. Metodologia

3.1. Área de estudo

O Estado do Piauí está dividido em quatro Macrorregiões (Litoral, Meio-Norte, Semiárido e Cerrado), que são subdivididas em 12 Territórios de Desenvolvimento (TD) e 28 Aglomerados. Segundo o relatório de levantamento do Tribunal de Contas do Estado, publicado em 2020, os TD's são: 01 - Planície Litorânea, 02 - Cocais, 03- Carnaubais, 04-Entre Rios, 05- Vale do Sambito, 06-Vale do Rio Guaribas, 07-Vale do Rio Canindé, 08- Serra da Capivara, 09- Vale dos Rios Piauí e Itaueiras, 10- Alto Parnaíba; 11- Chapada das Mangabeiras; 12 - Vale do Rio Itaim.

O estudo foi realizado na localização do Território de Desenvolvimento do Alto Parnaíba, que é composta por 12 municípios, mas a agência do Crediamigo da cidade de Uruçuí atende somente sete municípios desse território e mais duas cidades vizinhas do Estado do Maranhão, por ser fronteira com ele. Os municípios de: Uruçuí (agência), Sebastião Leal, Bertolândia, Antônio Almeida, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro, Benedito Leite (MA) e São Domingos do Azeitão (MA) fazem parte do escopo de atendimento dos agentes de crédito da unidade uruçuiense.

3.2. Natureza e Fonte dos Dados

A presente pesquisa, definida como Estudo de Caso, está relacionada à coleta de dados e informações acerca de um ou mais casos ou situações particulares a fim de relatá-los, bem como emitir algum parecer de acordo com as questões identificadas em sua realização (BARROS; LEHFELD, 2009; CUNHA, 2017). Foram utilizados os procedimentos de análise de pesquisa bibliográfica, utilizando-se da literatura clássica do tema pesquisado e das publicações disponíveis nos portais de periódicos e nos sites.

O estudo foi realizado, discorrendo especificamente sobre mulheres empreendedoras, que utilizam o programa de microcrédito Crediamigo (Banco do Nordeste), na região de Alto



Parnaíba, no Estado do Piauí. As características regionais e a dificuldade de contato, por conta de ainda encontrar-se em estado de pandemia, levou que a presente pesquisa fosse realizada por meio das redes sociais (principalmente, o WhatsApp), sendo esta a maneira mais fácil de obter-se o contato com as respondentes. A plataforma utilizada para o questionário *online* foi a plataforma *Google Forms*, tanto pela facilidade de manuseio, quanto pela sua gratuidade.

Utilizou-se a clássica fórmula para calcular o tamanho da amostra utilizada neste estudo. A agência estudada possui uma população equivalente a um total de 4.760 clientes, sendo 3.593 mulheres, que é o foco do estudo, mas como não se conseguiu respondentes de todos os municípios, trabalhou-se com a população de 2.699, sendo o quantitativo do total de mulheres dos seguintes municípios: Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves, Sebastião Leal, Uruçuí e Benedito Leite (MA). Utilizou-se um nível de significância de 90% e um erro amostral de 10%, obtendo um número amostral de 67. Desta forma, os questionários foram aplicados para 73 mulheres, clientes da Agência da Regional de Uruçuí do Crediamigo. Foram encontradas algumas dificuldades na coleta de dados, pelo prazo, pelo período do ano, pela situação de pandemia, por isto a escolha da margem de erro.

3.3. Método de análise

Fez-se a análise tabular dos dados. As tabelas consideradas para análise foram construídas a partir dos dados originários coletados adquiridos por meios das respondentes.

O método de análise adotado é a clusterização (*clustering*). Esta trata-se de uma abordagem de análise estatística multivariada, que possibilita encontrar e separar objetos em grupos que sejam similares quanto às suas características. Uma das técnicas mais utilizada de *clustering* é a k-média (*k-means*), que consiste em desagregar um conjunto de objetos em subconjuntos menores, segundo suas variáveis (CUNHA, 2017).

A métrica de distância mais utilizada em análises de agrupamento (*clustering*) é a euclidiana, definida pela equação:

$$dist(E_i, E_j) = \sqrt{\sum_{l=1}^M (x_{il} - x_{jl})^2}$$

Dado um conjunto de pontos numéricos no espaço D-dimensional e um inteiro K. Este gera K *clusters* da seguinte maneira: escolha dos K *clusters* aleatoriamente; cálculo do centroide para cada *cluster*; repetir; atribuir cada ponto ao centroide mais próximo e recalculando o centroide para cada *cluster* até a estabilidade.

O k-médias depende de um parâmetro (k = número de *clusters*) pré-estabelecido pelo usuário. Trata-se de um algoritmo dado pela seguinte equação:

$$d(P, X) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n d(P_i, X)^2$$

As análises descritas neste trabalho foram implementadas por meio do *software* de análise R, versão 4.1.2, e criado um banco de dados local.

4. Resultados e Discussão



4.1. Análise dos dados

Neste tópico analisam-se os dados coletados por meio dos questionários semiestruturados aplicados. Para isto, aborda-se aqui tanto a análise quantitativa quanto a qualitativa deste estudo, com o intuito de cumprir os objetivos propostos e responder o problema de pesquisa apresentado.

Para tanto, inicialmente apresenta-se a análise descritiva dos dados adquiridos por meio das 73 (setenta e três) respostas das empreendedoras clientes da agência do Crediamigo em Uruçuí (Apêndice A). Em seguida, trata-se da análise de *clusters* (obtidos através do *software* R, versão 4.1.2).

A análise descritiva, aqui abordada, das variáveis qualitativas utiliza-se das frequências absolutas e relativas; e na análise de variáveis quantitativas utiliza-se de medidas de posição, tendência central e dispersão.

4.2. Análise descritiva dos dados

A seguir é apresentada a tabela 1, que apresenta a análise descritiva das variáveis categóricas da amostra coletada, que corresponde as 73 clientes da agência Crediamigo da cidade de Uruçuí.

Tabela 1 – Análise descritiva das variáveis categóricas

DIMENSÕES	Variáveis	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	FR Demais variáveis (%)
Perfil dos indivíduos	Casada/ união estável*	46	63%	36,90%
	Graduação*	32	43,80%	56%
	Uruçuí*	58	83,40%	16,60%
Caracterização do negócio	Principal Fonte de Renda*	41	56,20% (Sim)	43,80% (Não)
	Tempo de funcion.*	36	50% (Mais de 5 anos)	49,90%
	Local de funcion.*	35	48,60% (residência)	51,50%
	Sit. Jurídica*	26	35,60% (MEI)	64,40%
	Tipo de atividade*	39	53,60% (Comércio)	46,60%
	Motivo Iniciar Negócio*	37	50,70% (Complem. Renda)	49,30%
Empréstimo	Quant. Solicit.*	43	58,90%	41,10%
	Invest. Últ. Emprést.*	38	52,10% (mercadorias/ insumos)	48%
Pandemia	Mudanças pandemia*	43	58,90% (diminuição clientela)	41,10%
	Crediamigo Delas*	47	64,40% (Não conhece)	35,60%
	Solic. CD*	58	79,50% (não solicitou)	20,50%

*Foi dado destaque as variáveis com maior porcentagem (maioria).

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

De acordo com a referida tabela, pode-se verificar, a respeito da dimensão perfil dos indivíduos, a maioria das mulheres são casadas ou estão em união estável, e residem na cidade de Uruçuí. Em relação a escolaridade, todas possuem algum grau de instrução, sendo que 6,80% possui Ensino Fundamental; 35,60% possui Ensino Médio ou Supletivo; 43,80% possui Graduação; e 13,70% possui Pós-Graduação. Conclui-se que a maioria das mulheres empreendedoras respondentes possuem formação de nível superior. Por fim, quanto a variável responsabilidade pelo sustento familiar, 60,30% não se considera a principal responsável, indicando a possibilidade do cônjuge (ou terceiros) como provedor.

Em relação a dimensão caracterização do negócio, a variável negócio como principal fonte de renda, a maioria, 56,20% consideram seus negócios como a principal fonte de renda,



o que gera uma incongruência em relação a variável da dimensão anterior, que *a priori* pode indicar que os negócios também podem pertencer a outros proprietários. Quanto a variável tempo de funcionamento do negócio, metade das respondentes possui há mais de 5 (cinco) anos, enquanto 20,80%; 19,40% e 9,70% da amostra restante possuem há menos de 1 ano; 1 e 3 anos e entre 3 a 5 anos, respectivamente, sendo 56,10%, a maioria, empreendimentos formalizados ou MEI.

Cabendo ainda ressaltar as três subvariáveis quanto a situação jurídica: informal, em processo de formalização e sem empreendimento, que denotam ainda 43,90% dos empreendimentos que ainda não possuem formalização, indicando a existência de uma demanda considerável de microempreendimentos alternativos informais que, normalmente, não teriam acesso a crédito, mas, se encaixam no público-alvo do Crediamigo. Quanto a localização, quase metade das respondentes, 48,60%, afirma que seus empreendimentos encontram-se estabelecidos em suas residências, sendo que a maioria encaixa-se no setor de comércio. Indagadas sobre a motivação para iniciar seus negócios, mais da metade, 50,70%, afirma ser para complementação da renda.

Considerando os dados supracitados, a predominância dos empreendimentos é o comércio, e em sua maioria, na própria residência das empreendedoras respondentes. Segundo Cunha (2017), isto reforça o estereótipo da área geralmente focada pelo público feminino, sobretudo no que diz respeito a lojas de roupas, revenda e estética, salões de beleza, produtos de beleza, dentre outros.

No que diz respeito a terceira dimensão empréstimo, a maioria das respondentes solicitou mais de 5 (cinco) vezes o crédito do Programa Crediamigo, sendo 58,90% do total, sendo utilizado pela maioria para compra de mercadorias e insumos (52,10%), neste caso, foi indagado o objetivo da última solicitação, que se deu em período de pandemia. Questionadas quanto ao retorno ou benefício do crédito cedido, 93,20% das respondentes afirmaram conseguir aplicar em seus empreendimentos e obter retorno. E apenas 6,80% não conseguiram retorno mesmo aplicando no empreendimento, ou não alcançaram por optar pagar dívidas ou usar para outra finalidade. Segundo Cunha (2017), os programas de microcrédito, geralmente, são de curta duração, o que se percebe uma grande frequência de clientes que já renovaram muitas vezes seus empréstimos.

E, por fim, a quarta dimensão pandemia, observa-se que a maioria dos empreendimentos foram impactados pela pandemia, sendo a consequência principal a diminuição da clientela (58,90%). Em contraposição, 32,90% das empreendedoras conseguiram adequar seus negócios ao período pandêmico e adaptaram-se virtualmente. As demais respondentes, 5,50% não conseguiram manter seus negócios mesmo com o Crediamigo, e apenas 2,70% tiveram seus negócios funcionando normalmente por já trabalharem *on-line*. Nesta dimensão também é considerado o conhecimento das respondentes em relação a linha de crédito do programa analisado aqui, Crediamigo Delas, criada durante a pandemia, no dia 08 de março de 2021, voltada totalmente para financiar atividades produtivas de mulheres empreendedoras que atuam nos setores formal e informal.

Desta forma, foi observado, de acordo com a tabela acima, que 64,40% não conhece o Crediamigo Delas e; 35,60% das entrevistadas conhecem. Quanto a solicitação, 79,50% nunca solicitou este crédito. Desta forma, pode-se concluir que a demanda por esta linha de crédito ainda encontra-se em evolução na região analisada. A seguir é apresentado o quadro 1 com abreviações das principais variáveis analisadas do questionário e das medidas estatísticas utilizadas, que serão consideradas na análise descritiva numérica, e em seguida, é apresentada a Tabela 2, que aborda a análise descritiva das variáveis, respectivamente:

**Quadro 3** – Abreviações das principais variáveis e das medidas estatísticas

VARIÁVEIS	SIGLAS	MEDIDAS	SIGLAS
Idade	ID	Amostra	N
Estado civil	EC	Média	Méd.
Escolaridade	ESC.	Desvio Padrão	DP
Local de Residência	LR	Mediana	M _d
Principal Responsável pelo Sustento	PRS	Média aparada	MA
Principal Fonte de Renda	PFR	Desvio Absoluto Médio	DAM
Tempo de Funcionamento	TF	Mínimo	Mín.
Local de Funcionamento	LF	Máximo	Máx.
Situação Jurídica	SJ	Amplitude	Amp.
Tipo de Atividade	TA	Assimetria	Assim.
Motivo para Iniciar o Negócio	MIN	Curtose	Curt.
Quantidade Solicitações Crediamigo	QSC	Erro Padrão	EP
Investimento do Último Empréstimo	IUE	-	-
Benefícios Crediamigo	BC	-	-
Mudanças Pandemia	MP	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Tabela 2 – Análise descritiva das variáveis numéricas

Var.	N	Méd.	DP	M _d	MA	DAM	Mín.	Máx.	Amp.	Assim.	Curt.	EP
ID	72	38,42	11,94	37	37,71	11,86	18	72	54	0,55	-0,22	1,41
EC	73	0,77	0,64	1	0,73	0,00	0	3	3	0,87	2,26	0,07
ESC	73	2,64	0,81	3	2,64	1,48	1	4	3	-0,07	-0,55	0,09
LR	73	2,42	1,19	2	2,15	0,00	1	7	6	2,23	4,27	0,14
PRS	73	0,40	0,49	0	0,37	0,00	0	1	1	0,41	-1,86	0,06
PFR	73	0,56	0,50	1	0,58	0,00	0	1	1	-0,24	-1,97	0,06
TF	73	3,85	1,28	4	3,95	1,48	1	5	4	-0,47	-1,39	0,15
LF	73	2,90	1,24	3	2,69	1,48	1	7	6	1,35	1,18	0,14
SJ	73	1,38	0,97	1	1,34	1,48	0	4	4	0,19	-0,58	0,11
TA	73	2,56	2,20	1	2,22	0,00	1	7	6	1,12	-0,35	0,26
MIN	73	1,58	1,13	2	1,51	0,00	0	6	6	1,38	4,46	0,13
QSC	73	2,14	1,15	3	2,29	0,00	0	3	3	-0,81	-0,98	0,13
IUE	73	1,37	2,02	1	0,88	0,00	0	8	8	2,17	3,69	0,24
BC	73	0,14	0,56	0	0,00	0,00	0	3	3	4,24	17,46	0,07
MP	73	0,55	0,83	0	0,39	0,00	0	4	4	2,12	5,68	0,10

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observa-se na tabela das análises descritivas que não houve uma diferença significativa entre a média e o erro padrão, com exceção do primeiro item, em que a respondente não colaborou da forma esperada, como não modificamos os dados, ficou dessa forma. Em geral, os grupos tendem a apresentar melhorias. Com o desvio padrão apresentado, mostra que os valores amostrais estão condensados próximos da média, significando que a amostra encontra-se mais homogênea. Buscou-se verificar os conjuntos de variáveis que tenham uma ligação causal entre si. Segue a tabela com os agrupamentos selecionados.

Quadro 4 – Relação das associações – agrupamentos

<i>Variáveis associadas</i>	
PFR	Estado Civil
	Escolaridade
SJ	Local de Funcionamento
	Tipo de Atividade
IUE	Benefícios Crediamigo
	Mudanças Pandemia

Fonte: Dados da pesquisa (2022).



Realizados os agrupamentos, foi feita a análise de dados, como pode ser vista nas tabelas abaixo.

Tabela 3 – Agrupamento 1: principal fonte de renda em relação ao estado civil e escolaridade

AGRUPAMENTO 1				
	Variáveis	N	%	Valor-P
EC/ PFR	Solteira	23	31,50%	0,4441
	Casada/ União estável	46	63%	
	Separada/ divorciada	2	2,70%	
	Viúva	2	2,70%	
PFR	Não	32	43,80%	
	Sim	41	56,20%	
Esc./ PFR	Nunca estudou	0	0%	0,06688
	Ensino fundamental	5	6,80%	
	Ensino médio/ supletivo	26	35,60%	
	Graduação	32	43,80%	
	Pós-Graduação	10	13,70%	

Significância Estatística: *P < 0,05; **P < 0,01; ***P < 0,001
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Assim, a partir da tabela acima pode-se destacar que houve uma diferença em relação à empresa ser a principal fonte de renda comparado com o estado civil. Já não houve diferença maior se comparado com a escolaridade das respondentes. Como o valor-p foi maior que 0.05, em todos os resultados, não é possível concluir que existe uma diferença significativa.

Tabela 4 – Agrupamento 2: Situação jurídica em relação ao local de funcionamento e tipo de atividade

AGRUPAMENTO 2				
	Variáveis	N	%	Valor-P
LC/ SJ	Residência	35	48,60%	0,6544
	Ponto Comercial	22	30,60%	
	Vendedora ambulante	5	7%	
	Delivery	6	8,30%	
	Virtual	3	4,20%	
SJ	Horta	1	1,40%	
	Formal	15	20,50%	
	Informal	24	32,90%	
	Microempreendedor Individual	26	35,60%	
	Em processo de formalização	7	9,60%	
TA/ SJ	Não tenho empresa	1	1,40%	0,2496
	Indústria	0	0%	
	Comércio	39	53,60%	
	Prestação de serviços	10	12,40%	
	Artesanato	7	9,60%	
	Turismo	0	0%	
	Agricultura comercial	5	6,80%	
	Agricultura de subsistência	2	2,70%	
Negócio virtual	10	13,70%		

Significância Estatística: *P < 0,05; **P < 0,01; ***P < 0,001
Fonte: Dados da pesquisa (2022).



A partir dos dados acima pode-se evidenciar que não houve diferença significativa em relação à Situação Jurídica quanto ao Local de Funcionamento e ao Tipo de Atividade. Como mais uma vez, o valor-p foi maior que 0.05, em todos os resultados, não é possível concluir que existe uma diferença significativa.

Tabela 5 – Agrupamento 3: investimento do último empréstimo em relação aos benefícios do crediamigo e mudanças pandemia

AGRUPAMENTO 3				
	Variáveis	N	%	Valor-P
BC/ IUE	Sim, consegui aplicar no meu negócio e obter retorno.	68	93,20%	0,04218*
	Não, usei apenas para quitar dívidas.	2	2,70%	
	Apliquei, mas, não obtive retorno financeiro no meu negócio.	1	1,40%	
	Usei para outra finalidade.	2	2,70%	
IUE	Capital de giro	24	32,90%	0,0882
	Compra de mercadorias/ insumos	38	52,10%	
	Máquinas/ equipamentos/ veículos	1	1,40%	
	Pagamento de dívidas	2	2,70%	
	Pagamento de impostos	0	0%	
	Contratação de funcionários	0	0%	
	Melhoria no ponto comercial	5	6,90%	
	Propaganda	0	0%	
MP/ IUE	Compra de bens de consumo próprio e familiar	3	4,10%	0,0882
	Sim, a clientela diminuiu.	43	58,90%	
	Sim, mas, consegui me adequar virtualmente.	24	32,90%	
	Não consegui manter meu negócio, mesmo com o Crediamigo.	4	5,50%	
	Não solicitei Crediamigo e não consegui manter meu negócio.	0	0%	
	Não, meu negócio já era virtual, manteve-se funcionando normalmente.	2	2,70%	

Significância Estatística: *P < 0,05; **P < 0,01; ***P < 0,001

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Da tabela acima depreende-se que quando abordado o assunto principal do trabalho em questão, pode-se observar que, apesar da maioria das respondentes terem conseguido êxito na aplicação do seu último empréstimo, quando colocado a pandemia em “jogo” mais da metade disse que foi afetada com a diminuição dos clientes. Mesmo assim quando analisado estatisticamente não houve diferença significativa entre os agrupamentos em relação a pandemia, mas houve, no entanto, diferença **significativa** em relação à aplicação do dinheiro do programa.

5. Considerações Finais

Ressalta-se aqui a importância do microcrédito para estas mulheres pesquisadas e seus empreendimentos, pois conforme os objetivos do trabalho, a população feminina empreendedora é, então, abraçada pelo instrumento do microcrédito.

Os resultados obtidos denotam que o crédito do Programa Crediamigo trouxe benefícios para a maioria das microempreendedoras solicitantes, pois obtiveram o retorno do dinheiro investido. A manutenção de seus microempreendimentos mostrou-se positivamente influenciada pela existência dos empréstimos com o programa, mesmo em período pandêmico, vivenciado desde o início do ano de 2020.



No decorrer do estudo, pôde-se verificar que as empreendedoras, apesar da maioria ter respondido que seus clientes diminuíram, utilizaram o crédito tomado para compras de insumos e mercadorias, em sua maior parte das respondentes e conseguiram obter retorno positivo, como mostra a pesquisa.

Como limitação deste estudo estão as dificuldades operacionais, cuja ressalva da instituição financeira em fornecer informações, fez com que a amostra fosse bem menor do que a desejada, pois, além de o contato ter sido somente via redes sociais, por conta da pandemia, o tempo foi insuficiente, pegando ainda, uma época em que as pessoas estavam voltadas para as festividades de final de ano.

Mesmo com as limitações, foi observado nas respostas de algumas empreendedoras, que apesar do foco do empréstimo ser orientado para produção e para o seu negócio, ainda foi possível observar a ocorrência do desvio de finalidade dos empréstimos oferecidos, uma vez que foi recorrente a existência de clientes que pegavam o empréstimo para pagamento de dívidas e/ou uso pessoal, e não para o uso direcionado a seu empreendimento. Fica evidente a necessidade de um acompanhamento maior por parte do programa.

Sendo importante também salientar o papel do microcrédito na função de agente socializador destas mulheres empreendedoras. Isto porque, por meio das reuniões e encontros com os grupos solidários, elas podem ter participação mais ativa dentro de um grupo social. Assim, se confirmando mais um benefício do programa Crediamigo.

Para pesquisas futuras, a sugestão é que haja um acompanhamento das clientes por um maior intervalo de tempo, a fim de compará-las em busca de modificações decorrentes do empréstimo nesses períodos, além de um quantitativo maior de respondentes. Sugere-se ainda que o estudo seja realizado em todas as cidades que compõem a região da agência do Crediamigo.

6. Referencial Bibliográfico

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **RELATÓRIO 2020:** Programa de microfinanças do Banco do Nordeste. 2020. Disponível em: <<https://bnb.gov.br/documents/7981693/0/RELAT%C3%93RIO-2020-CREDIAMIGO-E-AGROAMIGO.pdf/00416e5d-b5bb-3d74-174f-147880172846>>. Acessado em: 18 dez. 2021.

BARONE, F. M. et al. **Introdução ao microcrédito.** Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65 p.

BRASIL. **Lei nº 11.110 de 25 de abril de 2005.** Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Lei nº 13.999 de 18 de maio de 2020.** Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nos 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Avaliação de Implementação da Política de Microcrédito Produtivo Orientado – **Relatório Final.** Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e>>

orgaos-colegiados/cmap/politicas/2019/subsidios/relatorio-de-avaliacao-cmas-2019-pnmpo>.
Acessado em: 16 dez. 2021.

BRAGA, M. J.; SILVEIRA, S. F. R.; CAPOBIANGO, R. P. **Avaliação do impacto do programa crediamigo nos empreendimentos de municípios no norte de Minas Gerais.** XXXVI ENCONTRO DA ANPAD. Rio de Janeiro, set. 2012.

CARVALHO, R. C. **Microcrédito no Brasil:** análise das principais iniciativas e resultados. 2021. Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/30603/Vers%C3%A3o%20FINAL.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 16 dez. 2021.

COSTA, F. N. Microcrédito no Brasil. **TEXTO PARA DISCUSSÃO.** n. 175. Campinas, IE/UNICAMP, abr. 2010. ISSN 0103-9466.

CUNHA, C. L. **Empreendedorismo Feminino:** o caso do Crediamigo no Vale do Jequitinhonha –MG. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração, da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-ASEEGT>>. Acessado em: 13 dez. 2021.

FACHINI, C. **Sustentabilidade financeira e custos de transação em uma organização de microcrédito no Brasil.** Dissertação (Mestrado em economia). Escola superior de agricultura Luiz de Queiroz, ESALQ, 2005. 150p.

FONSECA, D. A. F. **Microcrédito produtivo orientado em Mariana:** estudo do impacto e da adesão. 2016. Monografia (Bacharelado em Administração). Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais, da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2016. p. 42.

GUSSI, A. F.; SILVA, R. J. F. **Microcrédito e desenvolvimento:** avaliação dos impactos do Programa Crediamigo em população de baixa renda de Fortaleza. n. 16. Fortaleza: CAOS, mar. 2011. p. 249-271. ISSN 1517 – 6916.

LACERDA, J.A. **MICROCRÉDITO:** uma alavanca para o desenvolvimento de Microempreendimentos e uma ferramenta para o desenvolvimento econômico e social. 2013. Monografia (Bacharelado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de Brasília. 2013.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. ed. 4. São Paulo: Atlas, 1996.

LOPES, A. C. V. et al. **Microcrédito e os microempreendimentos:** um estudo no banco da gente do Mato Grosso Do Sul. v. 14. n. 3. Franca, FACEF PESQUISA, set.- dez. 2011.



MATOS, F.; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI (Org). **A atividade e a política de microcrédito no Brasil:** visões sobre sua evolução e futuros desafios. Fortaleza: IDT (USP), 2014.

MOLETTA, J. **Relação entre empreendedorismo feminino e qualidade de vida:** análise em uma rede de mulheres empreendedoras no interior do Paraná. 2020. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4994>>. Acessado em: 16 dez. 2021.

MORAES, Z. S. et al. O microcrédito como instrumento de desenvolvimento social e econômico. **Anais.** IV Congresso Brasileiro de Sistemas - Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF). Franca, out. 2008.

MOTA, M. L. et al. **As políticas de microcrédito na região metropolitana de Recife:** a participação e o empoderamento das mulheres no Programa Crediamigo.v.7, n.4. Curitiba: Brazilian Journal of Development. p. 38198-38211. Abr. 2021. Disponível em: <<https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/28154/22298>>. Acessado em: 02 dez. 2021.

SILVA, G. C. C. **Espírito empreendedor feminino:** relações de gênero, informalidade e microcrédito no Grande Recife. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2007.

VALENTE, R. **Microcrédito como instrumento de desenvolvimento econômico e social.** Opinião dos atores. MTE, Mercado de trabalho, conjuntura e análise, [s. d.]. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E28321B31C5/microcredito_instrumento_desenvolvimento_economico_social.pdf>. Acessado em: 18 dez. 2021.

YUNNUS INVESTIMENTOS. **Muhammad Yunus/origem.** [s.d.]. Disponível em: <<https://www.yunusnegociossociais.com/origem>>. Acessado em: 16 dez. 2021.